



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

**REQUERIMENTO \_\_\_\_/2019**

(Do Sr. Helder Salomão)

Requer realização de audiência pública para debater o pacote anticrime encaminhado ao Congresso pelo Ministro Sérgio Moro.

Requer, nos termos do Regimento Interno desta Casa, realização de audiência pública para debater o **pacote anticrime (PL 882/2019)** encaminhado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Serão convidados para compor a mesa de expositores:

- Lívia Casseres - Defensora Pública do Rio de Janeiro;
- Domingos Sávio Dresch da Silveira, Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial e do Sistema Prisional);
- Luís Carlos Valois, juiz da Vara de Execução Penal do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM), Mestre e Doutor em Direito Penal e Criminologia pela Universidade de São Paulo (USP);
- Fabio Tofic Simantob - Advogado criminalista, Presidente do IDDD;
- Eleonora Nacif - Presidenta do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM;
- Eronilde Silva - Mães de Maio do Cerrado.

**JUSITIFCATIVA**

O pacote anticrime (Projeto de Lei 882/2019), do Moro é a principal proposta do governo federal para combater a criminalidade no Brasil. São alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e em leis que estruturam a questão criminal no país, entre elas a promessa de campanha feita



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) de dar “licença para matar” aos policiais, quando trata de ampliar a legítima defesa para homicídios cometidos no trabalho.

Neste dia, 4 de junho de 2019, mais de 70 organizações sociais estão se reunindo em ato que faz parte da campanha “Pacote Anticrime, uma solução fake”. A campanha, lançada em março na Câmara e em maio no Senado, nasceu em resposta às propostas de recrudescimento penal e licença para matar apresentadas em fevereiro por Moro.

As instituições que apoiam a campanha acreditam que as alterações previstas nos projetos são inconstitucionais e ineficazes para reverter a insegurança pública no país.

O PL tem tramitado na Casa em regime de prioridade e suscitado questionamentos de especialistas em segurança pública e direitos humanos, que afirmam que este pacote tem poucas chances de reduzir a criminalidade no Brasil e ainda tem tudo para aumentar o encarceramento e a morte dos jovens pobres e negros na periferia. Pela importância do tema e seu impacto na sociedade, sobretudo na população de pobre, motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 2019.

**Deputado HELDER SALOMÃO**  
PT/ES